

## Sumário

Abreviaturas .....	xi
Apresentação .....	xiii
Nota do Autor à 15ª Edição .....	xv
Nota do autor à 16ª edição.....	xix
Nota do Autor à 17ª edição.....	xxiii
Nota do Autor à 18ª edição.....	xxv
Prefácio da 1ª Edição .....	xxxix
Prefácio da 2ª Edição .....	xli

## TÍTULO I

<i>Capítulo I - Princípios Básicos do Processo Penal</i> .....	3
1.1. Conceito da palavra princípio .....	3
1.2. Devido processo legal .....	3
1.3. Verdade processual .....	6
1.4. Publicidade dos atos processuais.....	13
1.5. Contraditório.....	17
1.6. Imparcialidade do juiz.....	20
1.7. Presunção de inocência.....	24
1.8. Princípio do <i>favor rei</i> .....	36
1.9. Promotor Natural .....	37
1.10. Princípio da razoabilidade da duração do processo .....	44
<i>Capítulo II - Sistemas Processuais</i> .....	49
2. Noções Gerais .....	49
2.1. Sistema inquisitivo .....	49
2.2. Sistema acusatório.....	52
2.3. Sistema misto ou acusatório formal .....	54
2.4. O sistema acusatório e a legislação vigente – confronto .....	58
2.4.1. Sistema acusatório e o Decreto-lei nº 7.661/45 (vide nova Lei de Falências nº 11.101/05).....	58
2.4.2. Sistema acusatório e a Lei de Economia Popular (Lei nº 1.521/51)..	59
2.4.3. Sistema acusatório e a Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034/95)..	59

2.4.4. Sistema acusatório e a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/96) .....	61
2.4.5. Sistema acusatório e o Código de Processo Penal .....	61
<i>Capítulo III - Inquérito Policial</i> .....	73
3. Noções .....	73
3.1. Conceito .....	74
3.2. Natureza jurídica .....	77
3.2.1. Condenação com base no inquérito policial – Lei 11.690/08 .....	79
3.2.2. Diligência investigatória determinada pelo juiz .....	82
3.2.3. Rejeição de parte da denúncia .....	83
3.2.4. Vício no inquérito policial que acarreta sanção de nulidade .....	91
3.3. Características .....	94
3.3.1. Inquisitorial .....	94
3.3.2. Formal .....	95
3.3.3. Sistemático .....	95
3.3.4. Unidirecional .....	96
3.3.5. Sigiloso .....	97
3.3.6. Discricionário .....	100
3.4. Inquérito policial e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público .....	100
3.5. Prazo de conclusão do inquérito policial (justiça comum estadual e justiça comum federal, tráfico de entorpecentes e Lei dos Crimes Hediondos) .....	105
3.5.A. Investigação Criminal na Lei de Drogas nº 11.343/2006 que revogou as Leis 6.368/76 e 10.409/2002 .....	110
3.6. Inquérito policial na Lei de Falências .....	149
3.6.1. Natureza jurídica do (revogado) inquérito judicial .....	149
3.7. Inquérito policial e foro por prerrogativa de função .....	152
3.8. Art. 6º, inc. III, c/c 218 c/c 240, § 1º, f, c/c 241 – uma visão constitucional .....	155
3.8.1. Busca pessoal e fundadas razões .....	156
3.8.2. Condução coercitiva da testemunha no IP .....	157
3.8.3. Busca e apreensão e consentimento do cônjuge .....	157
3.8.4. Busca e apreensão domiciliar e o significado da expressão “dia” ..	160
3.8.5. Busca e apreensão e a blitz em carros particulares .....	160
3.8.6. Busca e apreensão domiciliar e cartas particulares .....	161
3.8.7. Busca e apreensão em escritório de advocacia: Lei 11.767/08 .....	163
3.9. Identificação dactiloscópica (art. 6º, VIII, CPP) e a norma constitucional do art. 5º, LVIII – natureza jurídica .....	167
3.10. Arquivamento na Lei de Economia Popular e o recurso de ofício – visão constitucional .....	170
3.11. Inquérito policial e a Lei nº 9.099/95 – termo circunstanciado .....	173
3.11.A. Da Violência Doméstica – Lei 11.340/2006 .....	176

3.12. Arquivamento do termo circunstanciado e a fiscalização do princípio da obrigatoriedade da proposta de transação penal .....	203
3.13. Arquivamento do inquérito policial e o princípio do promotor natural .....	207
3.13.1. Arquivamento implícito do inquérito policial.....	214
Questões Controvertidas.....	214
3.14. Desarquivamento do inquérito policial .....	218
<b>Capítulo IV - Ação Penal</b> .....	227
4.1. Noções gerais .....	227
4.2. Fundamento do direito de ação.....	228
4.3. Natureza jurídica do direito de ação .....	228
4.4. Conceito e características do direito de ação .....	230
4.5. Natureza jurídica da norma que regula o direito de ação.....	231
4.6. Ação penal pública .....	232
4.6.1. Princípios básicos .....	232
4.6.1.1. Obrigatoriedade – visão constitucional.....	232
4.6.1.2. Indivisibilidade .....	238
4.6.1.2.1. Indivisibilidade e as infrações penais de menor potencial ofensivo.....	243
4.6.1.3. Indisponibilidade.....	244
4.6.1.3.1. Indisponibilidade e a Lei nº 9.099/95 .....	247
4.7. Ação penal de iniciativa privada.....	249
4.7.1. Noções gerais .....	249
4.7.1.A. O Código Civil – Lei 10.406/02 – e as Normas Processuais Penais ..	258
4.7.2. Princípios básicos .....	266
4.7.2.1. Oportunidade ou conveniência .....	266
4.7.2.2. Disponibilidade .....	268
4.7.2.2.1. Do Perdão .....	268
4.7.2.2.2. Da Perempção .....	269
4.7.2.3. Indivisibilidade .....	269
4.7.2.4. Intranscendência .....	276
4.8. Ação penal de iniciativa privada personalíssima .....	276
4.9. Condições para o regular exercício do direito de ação .....	278
4.9.1. Legitimidade.....	279
4.9.2. Interesse de agir.....	281
4.9.3. Possibilidade jurídica.....	282
4.9.4. Justa causa .....	284
4.10. Ação penal e a proposta do art. 76 da Lei nº 9.099/95 e o princípio do <i>nulla poena sine iudicium</i> – visão constitucional .....	286
4.11. Ação penal pública condicionada à representação e à Lei nº 9.099/95 ..	295
4.12. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual .....	300
4.13. Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública.....	307
<b>Capítulo V - Aditamento no Processo Penal</b> .....	313
5. Aditamento no processo penal .....	313

5.1. Fundamento e princípios (verdade processual, obrigatoriedade, congruência e contraditório).....	313
5.2. Conceito .....	315
5.3. Tipos: próprio (real e pessoal) e impróprio (retificação, ratificação, suprimento e esclarecimento).....	315
5.4. Quanto à oportunidade: provocado e espontâneo .....	318
5.5. Recebimento do aditamento à denúncia e interrupção da prescrição ..	320
5.6. Recurso cabível da decisão que indefere o aditamento à denúncia..	321
5.7. Consequências processuais do aditamento à denúncia.....	322
<i>Capítulo VI - Jurisdição</i> .....	337
6. Noções .....	337
6.1. Princípios.....	338
6.1.1. <i>Ne procedat iudex ex officio</i> .....	338
6.1.2. Indeclinabilidade da jurisdição.....	338
6.1.3. Indelegabilidade da jurisdição.....	339
6.1.4. Improrrogabilidade ou aderência da jurisdição.....	339
6.1.5. Juiz natural.....	340
6.1.6. Unidade da jurisdição .....	342
6.1.7. <i>Nulla poena sine iudicio</i> .....	342
6.2. Competência .....	343
6.2.1. Conceito.....	343
6.2.2. Natureza jurídica .....	343
6.3. A competência na Justiça Federal .....	344
6.4. A competência na Justiça Estadual .....	361
6.4.1. Competência pela natureza da infração – crimes dolosos contra a vida .....	366
6.4.2. Conexão e continência – Crimes eleitorais e os crimes comuns ..	367
6.4.3. Conexão e continência – crimes eleitorais, crimes comuns e os crimes dolosos contra a vida .....	375
6.4.4. Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e o foro por prerrogativa de função.....	377
6.4.5. Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e as infrações penais de menor potencial ofensivo – Lei nº 11.313, de 28 de junho de 2006 .....	388
6.4.6. Infrações penais de menor potencial ofensivo e o foro por prerrogativa de função .....	394
6.4.7. Justiça Militar e as infrações penais de menor potencial ofensivo ..	399
6.4.8. Tribunal do Júri e desclassificação.....	423
6.4.9. Conexão e continência, e competência recursal .....	428
6.4.10. Conflitos de competência e de atribuição – distinção .....	429
6.4.11. Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) – EC 45/04	435
<i>Capítulo VII - Teoria Geral da Prova</i> .....	453
7. Conceito e finalidade ou objetivo da prova .....	453
7.1. Objeto da prova .....	454

7.2. Meios de prova .....	454
7.3. Classificação da prova .....	455
7.3.1. Objeto.....	456
7.3.1.1. Direta.....	456
7.3.1.2. Indireta.....	456
7.3.2. Quanto ao sujeito .....	457
7.3.2.1. Prova pessoal.....	457
7.3.2.2. Prova real.....	458
7.3.3. Quanto à forma .....	458
7.3.3.1. Testemunha .....	458
7.3.3.2. Documental .....	458
7.3.3.3. Prova material.....	459
7.4. Natureza jurídica da prova.....	459
7.5. Princípios da prova .....	459
7.5.1. Princípio da comunhão da prova .....	459
7.5.2. Princípio da liberdade da prova .....	460
7.5.3. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.....	462
7.5.3.1. Prova ilícita, ilegítima e irregular.....	466
7.5.3.2. Prova ilícita por derivação .....	468
7.5.3.3. A reforma da Lei 11.690/08.....	477
7.5.3.4. Prova (i)lícita em favor do réu: Teorias .....	479
7.6. Da prova emprestada.....	487
7.6.1. Conceito .....	487
7.6.2. Requisitos.....	487
7.6.3. Questões controvertidas .....	489
7.6.4. Natureza jurídica da prova emprestada.....	491
7.7. Indício, presunção e ficção – Diferença.....	491
7.8. Da prova indiciária.....	496
7.9. Do ônus da prova .....	497
7.9.1. O ônus da prova e o poder instrutório do juiz .....	505
7.9.2. Natureza jurídica do ônus da prova .....	507
7.10. Do procedimento probatório.....	508
7.11. Sistemas de avaliação das provas .....	510
7.11.1. Sistema da íntima convicção ou da certeza moral do juiz .....	511
7.11.2. Sistema das regras legais ou certeza moral do legislador ou da prova tarifada .....	513
7.11.3. Sistema da livre convicção ou da persuasão racional.....	516
7.12. Natureza das normas que tratam das provas .....	518
<b>Capítulo VIII - Processo e Procedimento .....</b>	<b>521</b>
<b>8. Processo: noções gerais e conceito .....</b>	<b>521</b>
8.1. Natureza jurídica do processo (teoria contratualista, quase-contrato, da relação jurídica e do procedimento em contraditório).....	524
8.2. Pressupostos processuais.....	528

8.3. Procedimento e sua distinção de processo .....	530
8.4. Formas procedimentais .....	530
8.4.1. Procedimento ordinário dos crimes cuja sanção máxima comi- nada seja igual ou superior a quatro anos de pena privativa de liberdade .....	533
8.4.1.1. Oferecimento da denúncia (D) .....	534
8.4.1.2. Resposta prévia à acusação (RPA) – art. 396-A do CPP .....	535
8.4.1.2.A. Do julgamento antecipado do caso penal: absolvição su- mária – art. 397 .....	537
8.4.1.3. Juízo de admissibilidade da acusação .....	542
8.4.1.3.1. Recebimento fundamentado da denúncia .....	542
8.4.1.3.2. Citação, intimação e requisição do preso .....	545
8.4.1.3.3. Princípio da identidade física do juiz no processo penal .....	545
8.4.1.4. Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ: art. 400 .....	552
8.4.1.4.1. Prova de acusação (PA) .....	553
8.4.1.4.2. Prova de defesa (PD) .....	556
8.4.1.4.3. Esclarecimentos dos peritos às acareações e ao reconheci- mento de pessoas e coisas .....	557
8.4.1.4.3.1. Esclarecimento dos peritos .....	557
8.4.1.4.3.2. Assistente técnico na perícia .....	558
8.4.1.4.3.3. Acareação .....	559
8.4.1.4.3.4. Reconhecimento de pessoas e coisas .....	560
8.4.1.4.4. Interrogatório do acusado (I) – arts. 185 usque 196 do CPP .....	561
8.4.1.4.4.A. Interrogatório por videoconferência: Lei 11.900/09 .....	571
8.4.1.4.5. Diligências (D) .....	587
8.4.1.4.6. Alegações finais orais (Afo) .....	588
8.4.1.4.7. Sentença .....	589
8.4.1.4.7.1. Relatório .....	591
8.4.1.4.7.2. Motivação ou fundamentação .....	591
8.4.1.4.7.3. Conclusão (parte dispositiva ou <i>decisum</i> ) .....	591
8.4.1.4.7.A. Dever de Indenizar no Juízo Criminal: (In) Constitu- cionalidade .....	592
8.4.2. Tribunal do Júri .....	596
8.4.2.A. Introdução histórica .....	596
8.4.2.B. Pedido de absolvição do promotor de justiça e quesito único ...	624
8.4.2.C. Pronúncia com imputação genérica e consequente quesito ge- nérico: o réu de qualquer modo concorreu para o crime? .....	626
8.4.2.D. Direito penal do autor e direito penal do fato: não compare- cimento do réu em plenário .....	630
8.4.2.E. Pedido de absolvição pelo promotor de justiça e discordân- cia do assistente de acusação. Pode o assistente de acusação sustentar a pronúncia em contradição com o pedido de absol- vição do Ministério Público? .....	635

8.4.2.1. Pronúncia.....	641
8.4.2.1.1. Natureza jurídica da pronúncia.....	642
8.4.2.1.2. Princípio do <i>in dubio pro societate</i> (?).....	646
8.4.2.1.3. Princípio da congruência (ou da correlação entre a pronúncia e a denúncia).....	646
8.4.2.1.4. Pronúncia e crimes conexos.....	648
8.4.2.1.5. Pronúncia e qualificadoras do crime.....	648
8.4.2.1.6. Pronúncia e seus efeitos.....	652
8.4.2.2. Impronúncia.....	653
8.4.2.2.1. Natureza jurídica da impronúncia.....	657
8.4.2.2.2. Prazo.....	658
8.4.2.2.3. Requisitos da impronúncia.....	658
8.4.2.2.4. Impronúncia e crimes conexos.....	659
8.4.2.2.5. Impronúncia e efeitos civis.....	662
8.4.2.3. Despronúncia.....	663
8.4.2.4. Desclassificação.....	663
8.4.2.4.1. Natureza jurídica da desclassificação.....	666
8.4.2.4.2. Recurso da decisão desclassificatória.....	666
8.4.2.5. Absolvição sumária.....	667
8.4.2.5.1. Natureza jurídica da decisão de absolvição sumária.....	668
8.4.2.5.2. Natureza jurídica da absolvição sumária.....	668
8.4.2.5.3. Requisitos da decisão de absolvição sumária.....	668
8.4.2.5.4. Absolvição sumária e crimes conexos.....	671
8.4.2.5.5. Absolvição sumária e efeitos civis.....	673
8.4.2.5.6. Absolvição sumária e a revogação do recurso de ofício – Lei 11.689/08.....	679
8.4.2.5.7. Questões controvertidas nos crimes conexos e na contumácia (pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária).....	681
8.4.2.6. Libelo crime acusatório - revogado pela Lei 11.689/08.....	687
8.4.2.7. Contrariedade ao libelo crime acusatório – revogada pela Lei 11.689/08.....	689
8.4.2.8. Quesitação no júri: questionários.....	691
8.4.2.9. Regulamentação dos debates pelo juiz.....	705
8.4.2.10. Uso de algemas em audiência.....	707
8.4.2.11. Dos debates em plenário.....	715
8.4.3. Rito sumário da Lei de Drogas nº 11.343/2006.....	716
8.4.3.1. Denúncia.....	717
8.4.3.2. defesa prévia.....	718
8.4.3.3. Juízo de prelibação (juízo de admissibilidade da pretensão acusatória estatal).....	719
8.4.3.4. Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ.....	727
8.4.3.5. Medidas assecuratórias e inversão do ônus da prova.....	729

8.4.3.6. Tráfico privilegiado (art. 33, §4º): possibilidade da concessão de <i>sursis</i> e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Princípio da razoabilidade e da isonomia.....	730
8.4.4. Juizado Especial Criminal .....	739
8.4.5. Estatuto do Idoso – Aspectos processuais.....	741
8.4.5.1. Institutos despenalizadores .....	742
8.4.5.2. Novo conceito de infração penal de menor potencial ofensivo.....	742
8.4.5.3. Procedimento comum ordinário, comum sumário ou comum sumaríssimo? Lei 11.719/08.....	743
8.4.5.4. Quem é idoso para efeito do Estatuto? .....	745
8.4.5.5. Prescrição.....	746
8.4.5.6. Ação penal pública incondicionada.....	746
8.4.6. Lei de Falência – Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.....	747
<b>Capítulo IX - Da Prisão Cautelar</b> .....	751
9. Noções.....	751
9.1. Características .....	752
9.1.1. Pressupostos .....	755
9.2. Prisão em flagrante .....	756
9.2.1. Conceito de flagrante delito .....	757
9.2.2. Do fundamento da prisão em flagrante.....	757
9.2.3. Espécies de flagrante delito.....	762
9.2.4. Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e de iniciativa privada .....	768
9.2.5. Flagrante nos crimes permanentes e habituais.....	770
9.2.6. Flagrantes preparado, esperado e forjado.....	773
9.2.7. Flagrante esperado, diferido ou retardado .....	775
9.2.8. Flagrante no crime tentado, consumado e formal .....	778
9.2.9. Flagrante e apresentação espontânea do autor do fato.....	780
9.2.10. Do procedimento do auto de prisão em flagrante – Lei nº 11.113/05 .....	781
9.2.11. Da comunicação da prisão em flagrante à Defensoria Pública .....	784
9.3. Prisão preventiva <i>stricto sensu</i> .....	785
9.3.1. Momento para a decretação da prisão preventiva.....	786
9.3.2. Pressupostos para a decretação da prisão preventiva.....	788
9.3.3. Hipóteses legais de admissibilidade da prisão preventiva.....	792
9.3.4. Prisão preventiva e a exclusão da ilicitude .....	811
9.3.5. Princípio da motivação das decisões judiciais.....	812
9.3.6. Revogação da prisão preventiva .....	814
9.4. Prisão administrativa.....	815
9.5. Prisão preventiva na sentença penal condenatória recorrível – Lei 11.719/08 .....	818

9.6. Prisão preventiva na decisão interlocutória mista não terminativa de pronúncia – Lei 11.689/08 .....	821
9.7. Prisão temporária da Lei nº 7.960/89 .....	826
<i>Capítulo X - Liberdade Provisória – Visão Constitucional</i> .....	841
10. Noções gerais .....	841
10.1. Liberdade provisória com ou sem fiança .....	841
10.2. Liberdade provisória na lei dos crimes hediondos .....	858
10.3. Estatuto do Desarmamento e Liberdade Provisória .....	861
<i>Capítulo XI - Citação</i> .....	867
11. Noções gerais e conceito .....	867
11.1. Natureza jurídica da citação .....	869
11.2. A Lei nº 9.271/96 e os princípios da aplicabilidade imediata da lei processual penal e da irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i> .....	870
11.2.1. Requisitos da suspensão .....	871
11.2.2. Limite de tempo da suspensão .....	872
11.2.3. Incidência da norma .....	874
11.2.4. Recurso da decisão de suspensão .....	876
11.2.5. Réu em lugar incerto e não sabido e réu que se oculta para não ser citado (arts. 361 e 362): a citação com hora certa no processo penal .....	876
11.2.6. Concurso de pessoas e citação por edital .....	878
11.2.7. Tribunal do Júri e citação por edital .....	879
11.2.8. Defensor público e citação por edital .....	880
11.3. Citação e as infrações penais de menor potencial ofensivo .....	880
<i>Capítulo XII - Teoria Geral das Nulidades</i> .....	881
12. Noções gerais e conceito de nulidade .....	881
12.1. Natureza jurídica da nulidade .....	884
12.2. Princípios processuais da nulidade .....	884
12.2.1. Prejuízo .....	884
12.2.2. Causalidade (contaminação ou contagiosidade) .....	888
12.2.3. Interesse .....	889
12.2.4. Convalidação .....	889
12.3. Sistemas .....	890
12.3.1. Certeza legal .....	890
12.3.2. Instrumentalidade das formas .....	891
12.3.3. Misto .....	891
12.4. Nulidade absoluta e nulidade relativa – distinção .....	891
12.5. O art. 567 do CPP e o princípio do juiz natural .....	892
<i>Capítulo XIII - Teoria Geral dos Recursos</i> .....	895
13.1. Conceito .....	895
13.2. Fundamento .....	896
13.3. Natureza jurídica do recurso .....	896

13.3.1. Recurso como desdobramento da relação jurídico-processual em curso .....	897
13.3.2. Recurso como ação constitutiva autônoma (nova ação).....	897
13.3.3. Recurso como meio destinado a obter a reforma de uma decisão.....	897
13.4. Princípios gerais dos recursos.....	898
13.4.1. Taxatividade.....	898
13.4.2. Unirrecorribilidade .....	898
13.4.3. Fungibilidade .....	899
13.4.4. Voluntariedade .....	901
13.4.5. Conversão.....	902
13.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	903
13.6. A <i>reformatio in pejus</i> indireta .....	905
13.7. Efeitos dos recursos.....	917
13.7.1. Devolutivo.....	917
13.7.2. Suspensivo.....	922
13.7.3. Extensão subjetiva dos efeitos da decisão nos recursos.....	926
13.8. Os recursos e o direito intertemporal .....	928
13.9. Juízo de admissibilidade dos recursos .....	931
13.9.1. Conceito .....	931
13.9.2. Requisitos intrínsecos .....	933
13.9.2.1. Legitimidade.....	933
13.9.2.2. Interesse.....	941
13.9.3. Sucumbência e interesse.....	946
13.9.4. Requisitos extrínsecos.....	947
13.9.4.1. Cabimento (possibilidade jurídica do pedido recursal).....	947
13.9.4.2. Tempestividade .....	948
13.9.4.3. Regularidade formal .....	950
13.9.4.4. Ausência de fatos impeditivos ou extintivos (desistência, deserção, preclusão e renúncia) .....	950
13.10. Juízo de mérito (ou juízo de deliberação).....	954
13.11. Recursos em espécie (questões relevantes).....	954
13.11.1. Recurso em sentido estrito.....	954
13.11.2. Apelação .....	960
13.11.2.1. Acórdão condenatório recorrível e a interrupção da prescrição – Lei nº 11.596/2007.....	973
13.11.3. Protesto por novo júri .....	975
13.11.4. Embargos infringentes e de nulidade .....	992

## TÍTULO II DAS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

Capítulo I - Do Habeas Corpus.....	1003
1.1. Conceito .....	1003
1.2. Natureza jurídica .....	1003

1.3. Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório e preventivo .....	1005
1.4. Objeto do <i>habeas corpus</i> .....	1005
1.5. Legitimidade ativa.....	1007
1.6. <i>Habeas corpus</i> e as transgressões disciplinares militares – correta visão do problema.....	1009
1.7. Autoridade coatora: juiz, promotor de justiça e delegado de polícia ..	1012
1.7.1. Juiz e competência.....	1012
1.7.2. Promotor de justiça e competência.....	1013
1.7.3. Delegado de polícia e competência .....	1014
1.8. <i>Habeas corpus</i> e o ato de particular.....	1015
1.9. <i>Habeas Corpus</i> e o direito líquido e certo.....	1018
1.10. <i>Habeas corpus</i> e o arquivamento do inquérito policial ou extinção do processo com julgamento do mérito .....	1021
1.11. Intervenção do promotor de justiça na ação de <i>habeas corpus</i> perante o primeiro grau de jurisdição .....	1022
1.12. <i>Habeas corpus</i> e a prisão administrativa (§ 2º do art. 650 do CPP)....	1023
1.13. <i>Habeas corpus</i> e relaxamento de prisão – diferença .....	1024
1.14. <i>Habeas corpus</i> e o Juizado Especial Criminal .....	1025
1.15. <i>Habeas Corpus</i> na Justiça do Trabalho.....	1031
1.16. <i>Habeas Corpus</i> e a notificação do advogado para sessão de julgamento e sustentação oral, se o requerer .....	1034
<b>Capítulo II - Revisão Criminal</b> .....	1037
2. Noções gerais .....	1037
2.1. Conceito .....	1038
2.2. Natureza jurídica.....	1038
2.3. Objeto.....	1040
2.4. Condições para o regular exercício do direito de agir.....	1041
2.4.1. Possibilidade jurídica do pedido .....	1041
2.4.2. <i>Legitimatío ad causam</i> .....	1041
2.4.3. Interesse processual.....	1043
2.5. Formas de revisão criminal.....	1043
2.6. Pressupostos legais .....	1044
2.7. Fundamentos legais da revisão criminal .....	1044
2.8. Revisão criminal de decisões não condenatórias.....	1049
2.9. Revisão criminal e a “sentença” que homologa a transação penal...	1051
2.10. Efeitos da revisão criminal.....	1052
2.10.1. Alterar a classificação da infração penal.....	1052
2.10.2. Absolver o réu .....	1053
2.10.3. Modificar a pena .....	1054
2.10.4. Anular o processo .....	1055
2.10.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	1057
2.11. Revisão criminal e sentença penal estrangeira .....	1058
<b>Capítulo III - Mandado de Segurança em Matéria Criminal</b> .....	1059
3. Objetivos e Noções Gerais .....	1059

3.1. Conceito .....	1060
3.2. Natureza Jurídica .....	1060
3.3. Objeto .....	1062
3.4. Questões controvertidas.....	1062
3.4.1. Identificação criminal .....	1062
3.4.2. Recurso próprio previsto em lei .....	1064
3.4.3. Prova contra si mesmo .....	1066
3.4.4. Requerimento do ofendido para se habilitar como assistente ....	1069
3.4.5. Direito de sufrágio do preso provisório .....	1070
3.4.6. Estrangeiro não residente no País .....	1071
Nota Final do Autor à 1ª Edição .....	1075
Referências Bibliográficas .....	1077
Índice Remissivo .....	1089